

5,7

O Negócios online teve 5,7 milhões de visitas em Outubro, o número mais alto de sempre.



É preciso aproveitar as oportunidades digitais, mas não podemos fazer experiências com crianças.

RUI PACHECO

Director do centro multimédia da Porto Editora



A naturalização da tecnologia no processo de ensino tem de ser mais ou menos como a do lápis e da caneta.

ANA PEDRO

Professora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

ANA PEDRO FUTURE TEACHER E-DUCATION LAB

“Escolas não podem continuar a fingir que a tecnologia não existe”

A sala de aula “não pode ser impermeável” à tecnologia, que deve ser “mais um ramo científico”. Sem renovação há uma década, a frota de equipamentos e redes nas escolas precisa de renovação.

A professora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Ana Pedro, clama pela “naturalização” da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem, à semelhança do que aconteceu com o lápis ou a caneta, notando que abrange os alunos que estão a entrar no sistema educativo e também os professores e os encarregados de educação.

Os professores portugueses têm apetência pelo digital?

Portugal tem dos maiores índices de adesão das tecnologias em contexto de sala de aula da Europa. Os relatórios europeus mostram que Portugal está muitas vezes no top da utilização, às vezes até mais do que seria expectável. Portanto, nesse sentido os professores portugueses aderem com muita facilidade à utilização das tecnologias.

Quais são as raízes?

Desde os anos 1980 com o projecto Minerva ou depois com o programa e-escolas, por exemplo, têm havido, de facto, políticas ministeriais para a inclusão das tecnologias em contexto de sala de aula. E contínuas, embora com a crise tenha ficado muito mais reduzida. Por outro lado, há dez centros de competências destes espalhados pelo país – situados nas universidades e feitos em parceria com o Ministério da Educação – com mais de 30 anos de história. E os professores portugueses têm índices de formação relativamente elevados, tanto na utilização das tecnologias como também nos mestrados e nos doutoramentos.

Qual é a maior dificuldade actual para os professores?

É, acima de tudo, de ordem infra-estrutural. Ao nível de equipa-

mentos e das redes montadas nas escolas, que são mais fracas do que o exigido pelas necessidades actuais. Não estão prontas para tantos computadores, smartphones e tablets a funcionar numa sala de aula, por exemplo. Tivemos o Plano Tecnológico da Educação, ainda no tempo de Sócrates em 2008, em que houve um grande investimento e todas as escolas tinham computadores, rede e quadros interactivos. Contudo, esta “frota” não foi renovada. Se numa escola, em termos de mobiliário, dez anos, às vezes, já é complicado, em termos de equipamento informático é muito complicado.

E num contexto de aposta nos sistemas de informação?

Sim. Neste momento já foram publicados vários documentos do Ministério, nomeadamente com as aprendizagens essenciais e com a flexibilidade curricular, em que as tecnologias têm, de facto, um papel de destaque em contexto de sala de aula. Nomeadamente a disciplina de TIC (tecnologias de Informação e Comunicação) passa a existir desde o 5º ano – e vem também na sequência de um projecto de há três anos de programação e robótica no ensino básico, em que os professores trabalham questões ligadas ao pensamento computacional e ao código em contexto lectivo.

Para os alunos há um ganho efectivo na aprendizagem com estes recursos digitais?

É o meu trabalho, não lhe vou dizer que não há [risos]. A utilização das tecnologias tem muitos papéis... Primeiro, a naturalização. As escolas educação não podem continuar a fingir que a tecnologia não existe. Ela é usada diariamente por

toda a gente e, portanto, a sala de aula não deve ser impermeável a esta lógica. Tem de ser permeável e tem de se assumir a sua existência. Esta naturalização [da tecnologia] tem de ser mais ou menos como foi a naturalização do lápis ou da caneta no processo de ensino-aprendizagem.

Em ligação com as disciplinas clássicas ou de forma autónoma?

Por um lado, a utilização de tecnologia de forma transversal e na articulação com várias disciplinas – por exemplo, no ensino do código com a ligação à matemática para aprender o conceito de ângulo ou o conceito de lateralidade – pode ser fundamental para trabalhar algumas competências chamadas do séc. XXI. Por outro lado, temos de assumir que a aprendizagem de tecnologia como área científica deve ser tão importante como é a aprendizagem da Matemática, do Português, do Estudo do Meio ou do Inglês. É mais um ramo científico e ele tem de ser aprendido e desenvolvido.

Até que ponto esta aprendizagem é um menor desafio para os alunos “nativos digitais”?

Há vários autores que já contrariaram esse termo, nomeadamente porque não há evidências científicas de que a utilização que um nativo digital faça da tecnologia é diferente daquela que fará o residente digital. Contudo, a questão da naturalização é fundamental não é só para os alunos que estão agora a entrar no sistema, mas também para os professores e os próprios pais, que utilizam a tecnologia de forma natural. ■

ANTÓNIO LARGUESA